

O sistema prisional português no século XVIII – o caso da Cadeia da Relação do Porto

Maria Teresa Costa Ferreira Cardoso

Mestre em História das Populações, pela Universidade do Minho

A comunidade que hoje apresenta o presente trabalho é a comunidade de investigadores em História da Prisão e do Sistema Prisional português no século XVIII.

Este trabalho resulta da descoberta da série documental da Cadeia da Relação do Porto, há cerca de vinte anos atrás, em instalações do Instituto Português de História e da realização de alguns primeiros trabalhos sobre este tema desde o tempo da tese de doutoramento. Este trabalho é um estudo documental sobre o sistema prisional português no século XVIII, com o objetivo de conhecer a realidade da prisão da Cadeia da Relação do Porto, entre a 1.ª metade do século XVIII e a 1.ª metade do século XIX.

Na minha dissertação de mestrado "Os Prisioneiros da Cadeia da Relação do Porto entre a Cadeia e a Misericórdia (1735-1740)", defendida na Universidade do Minho, em setembro de 2005, sob a orientação do Sr. Professor Doutor Vitorino Capela, trata-se da realidade prisional pela Misericórdia do Porto nos prisioneiros da Cadeia da Relação, um estudo sobre o sistema prisional da Misericórdia do Porto relativo à realidade dos prisioneiros que estavam presos nas prisões da Cadeia da Relação do Porto. Com o meu trabalho de mestrado pretendo demonstrar a importância da Misericórdia do Porto no sistema prisional português no século XVIII.

Em 1582, tendo sido fundada a Misericórdia do Porto, esta passou para a 1.ª metade do século XVIII, mais precisamente para o século XVIII.

Desde então, a Misericórdia do Porto tem sido uma das instituições mais importantes da cidade do Porto, tendo sido uma das instituições mais importantes da cidade do Porto.

O trabalho de Maria Teresa Costa Ferreira Cardoso, sob a orientação do Sr. Professor Doutor Vitorino Capela, trata-se da realidade prisional pela Misericórdia do Porto nos prisioneiros da Cadeia da Relação, um estudo sobre o sistema prisional da Misericórdia do Porto relativo à realidade dos prisioneiros que estavam presos nas prisões da Cadeia da Relação do Porto.

A comunicação que hoje apresento significa o retomar de um projecto acalentado há já muito tempo – tratar as fontes relacionadas com a Cadeia da Relação do Porto e conhecer a situação prisional portuguesa no antigo regime e o problema da assistência aos presos.

Este projecto partiu da descoberta do acervo documental da Cadeia da Relação do Porto, há cerca de vinte anos atrás, nas instalações do Instituto Prisional de Custódias e da realização de alguns primeiros trabalhos sobre este tema ainda no tempo da faculdade. Trata-se de um importante acervo documental essencialmente dedicado ao registo das entradas e saídas de presos da Cadeia da Relação do Porto, com o 1.º livro de registo aberto em 1709, e que percorre todo o século XVIII e XIX e a 1.ª metade do século XX.

Na minha dissertação de mestrado “Os Presos da Cadeia da Relação do Porto entre a Cadeia e a Misericórdia (1735 a 1740)”, defendida na Universidade do Minho, em Setembro de 2005, sob a orientação do Sr. Professor Doutor Viriato Capela, tratei a assistência prestada pela Misericórdia do Porto aos presos da Cadeia da Relação, usando como base documental fontes da Misericórdia do Porto relativas à assistência aos presos recorrendo apenas pontualmente às fontes da Cadeia da Relação do Porto. Com o meu trabalho de mestrado pretendi demonstrar a importância da Misericórdia do Porto no apoio prestado aos presos desde a fundação desta instituição e muito especialmente depois da criação do Tribunal e Casa da Relação do Porto em 1583, tendo conseguido quantificar esse apoio para a 1.ª metade do século XVIII, mais precisamente para os anos de 1735 a 1740.

Pretendo agora centrar a minha atenção nas fontes da Cadeia da Relação do Porto, explorando de forma cabal as suas potencialidades, para assim poder trazer à luz a realidade prisional desta cadeia no século XVIII e seguintes¹.

¹ O trabalho de Maria José Moutinho Santos é deveras um importante contributo para o conhecimento da realidade prisional do século XIX e inícios do século XX. SANTOS, Maria José Moutinho, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo*, Edições Afrontamento, Porto, 1999. Também o trabalho desta historiadora com Margarida Santos Coelho sobre o edifício da Relação e a sua história é notável, SANTOS, Maria José Moutinho e COELHO, Margarida Santos, *O Palácio da Relação e Cadeia do Porto*, Edições Asa, Porto, 1993.

1. A Casa da Relação e Cadeia do Porto – a importância do tratamento das fontes para o conhecimento da realidade prisional no século XVIII

A Casa da Relação do Porto foi criada por Filipe II aquando da extinção da Casa do Cível em Lisboa para que as populações das comarcas pertencentes às províncias de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira pudessem dispor de um Tribunal Superior para todas as causas crime e para a grande maioria das causas cível.

Esta foi uma medida de grande impacto que transformou a vida da cidade do Porto, trazendo até ela competências até aí nunca tidas e tendo contribuído em muito para a ascensão desta cidade a segunda mais importante do Reino.

Assim, pela natureza das competências do Tribunal da Casa da Relação, a partir de 1583 passaram a entrar na Cadeia da Relação presos da cidade e arredores, para aqui serem julgados no tribunal de 1ª instância e por apelação e agravo e em última instância presos trazidos em levadas da cidade e comarca do Porto e de todas as demais comarcas debaixo da sua jurisdição.

Área de Jurisdição da Relação e Casa do Porto	
Províncias	Comarcas
Trás-os-Montes	Bragança Miranda Moncorvo Vila Real
Entre Douro e Minho	Barcelos Braga Guimarães Penafiel Porto Valença Viana do Castelo
Beira	Arganil Aveiro Feira Guarda Lamego Linhares Pinhel Trancoso Viseu Excepto a comarca da Vila de Castelo Branco
Estremadura	Apenas as comarcas de Coimbra e Esgueira

No século XVIII a Cadeia da Relação do Porto recebia presos de toda uma enorme área que estava debaixo da sua jurisdição.

Para realizar este primeiro trabalho sobre as fontes da Cadeia da Relação do Porto debrucei-me sobre o *Livro de Assentos de Entrada de Presos*, n.º 85, de 24/4/1735 a 23/5/1737, e o *Livro Misto de Solturas e Autos de Exame de Cadáver*, n.º 57², de 17/3/1736 a 19/3/1737.

Escolhi estes dois livros porque, dos mais antigos³, eram os únicos que tratavam em parte o mesmo período de tempo.

O *Livro de Assentos de Entrada de Presos*, n.º 85, constituiu a base deste trabalho e todos os assentos de entrada deste livro foram recolhidos e registados numa base de dados.

A variedade e importância da informação contida em cada assento individual obrigou à criação de uma ficha individual de registo numa base de dados Access, com um grande número de colunas por cada indivíduo (42 colunas). Para o período compreendido entre 17/3/1736 e 19/3/1737 registei a entrada de 1349 indivíduos na Cadeia da Relação do Porto.

Numa segunda fase coloquei essa base de dados em ligação com a base de dados criada para o *Livro de Alvarás de Soltura e Autos de Exame de Cadáver*, cruzando as informações para o mesmo indivíduo contidas em ambos os livros⁴.

Este é um trabalho que ainda não está completo para o período que me propus mas que poderá vir a fornecer importantes informações.

² O Inventário que realizei dos Livros da Relação e Casa do Porto está completo, resta, no entanto, a atribuição de cotas definitivas, a todos os livros inventariados.

³ O livro mais antigo de que dispomos data de 1709, é o *Livro Misto de Solturas e Autos de Exame de Cadáver*, n.º 33, está incompleto, e com as folhas muito quebradiças. O segundo livro mais antigo, é o *Livro de Assentos de Entrada de Presos*, n.º 44, data de 1733, e está incompleto e em muito mau estado.

⁴ Os dados retirados destes alvarás foram recolhidos numa tabela própria, colocada em ligação com a tabela gerada para o *Livro de Assentos de Entrada de Presos*. Cruzando a informação dos dois livros obtive o motivo da prisão dos indivíduos saídos por Alvará ou Auto de Exame de Cadáver, ainda que somente para o período tratado pelo livro n.º 57, entre 17/3/1736 e 19/3/1737. Os dados aqui expostos em quadros referem por isso apenas a este período de um ano.

2. Movimento diário de entrada de presos na Cadeia da Relação

No período observado em média chegavam por dia à Cadeia da Relação do Porto quatro presos, quase não se registando abrandamento nem aos domingos. Os três dias da semana em que se registavam mais entradas eram o sábado, a segunda e a terça-feira.

Presos entrados na Cadeia da Relação entre 17/3/1736 e 19/3/1737	
Distribuição das entradas de presos pelos dias da semana	
Dias da semana	Quantidade de presos
Domingo	139
Segunda	210
Terça	221
Quarta	186
Quinta	168
Sexta	184
Sábado	241
Total	1349

Pelas competências da Casa da Relação, enquanto Tribunal de 1.ª Instância da Comarca do Porto, cabia-lhe julgar toda a espécie de crimes cometidos dentro da área da sua jurisdição.

Muitos desses crimes julgados em 1.ª Instância, eram crimes leves, pequenas contendas, infracções dos vendedores, má conduta, e outros, que os magistrados competentes resolviam rapidamente. Normalmente estes casos eram julgados pelos Almotacés da Câmara ou pelos Corregedores do Crime Vitoriano da Costa de Oliveira, Manuel da Costa Mimoso, ou pelos Corregedores do Cível da Corte, Mateus Afonso Soares e Francisco de Santa Bárbara e Moura ou por muitas outras figuras destacadas da cidade do Porto como o Superintendente da Ribeira do Douro, Pedro da Costa Lima e Melo, o Juiz da Alfândega Pedro Pacheco Pereira, o Juiz dos Órfãos, Manuel Francisco de Miranda, o Juiz de Fora da Cidade, Luís Veloso de Miranda de Carvalho, ou quando o réu era de nacionalidade inglesa, o Conservador dos Ingleses, Lucas Pereira de Araújo e Azevedo.

Enquanto Tribunal de Apelos e Agravos das Províncias de Trás-os-Montes, Entre Douro e Minho e Beira, chegavam à Casa da Relação indivíduos presos por crimes de maior gravidade, trazidos em leva pelos oficiais competentes de cada comarca, depois de terem sido julgados nos tribunais das respectivas comarcas.

O quadro seguinte mostra claramente que da totalidade de presos entrados na Cadeia da Relação e Casa do Porto ao longo deste período, a grande maioria dos presos permaneceu muito pouco tempo encarcerado.

Dos 1349 casos de detenção ocorridos durante o período observado, 193 indivíduos saíram no próprio dia, 468 indivíduos saíram no período de tempo compreendido entre 1 e 3 dias. Durante os primeiros 15 dias de detenção foram soltos 889 indivíduos.

Presos entrados na Cadeia da Relação entre 17/3/1736 e 19/3/1737	
Período de encarceramento dos presos	
Período de encarceramento (por classes de tempo)	Quantidade de presos
Menos de um dia (saída no próprio dia)	193
De 1 a 3 dias	468
De 4 a 15 dias	228
De 16 a 30 dias	76
De 31 a 180 dias	204
De 181 a 365 dias	91
Mais de 1 ano	89

Ao longo deste período de tempo entraram na cadeia jovens com idades compreendidas entre os 11 e os 21 anos de idade. O quadro seguinte dá conta do tempo de permanência destes jovens na Cadeia da Relação do Porto, revelando que mesmo os mais jovens poderiam ter de suportar períodos de permanência superiores a 1 ano, ainda que a maioria fosse libertada antes de cumpridos quinze dias.

Presos jovens entrados na Cadeia da Relação entre 17/3/1736 e 19/3/1737											
Distribuição por idades e tempo de permanência na cadeia											
Tempo de permanência na cadeia	Idade dos presos										
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21
Menos de 1 dia (saída no próprio dia)			1	1	1	2	3	7	5	17	4
De 1 a 3 dias	1	1	3	1	3	10	9	18	8	33	8
De 4 a 15 dias			1	3	4	11	11	6	11	13	10
De 16 a 30 dias				2	3	1	2	4	3	4	2
De 31 a 180 dias		1			3	1	2	6	5	9	8
De 181 a 365 dias					1	1	1	2	1	3	3
Mais de 1 ano		1	1				1	1	2	2	1
Total	1	3	6	7	15	26	29	44	35	81	36

É interessante notar também que durante o período observado as detenções de indivíduos do sexo masculino foram mais numerosas que as de indivíduos do sexo feminino – os indivíduos do sexo masculino representaram 83,5% das detenções.

3. O Inventário das fontes

O acervo da Cadeia da Relação do Porto, revela uma grande riqueza de dados e poderá ser da maior importância para a compreensão da realidade prisional portuguesa nos séculos XVIII a XX.

Para que pudesse ser avaliada a importância deste acervo, procedi ao inventário das fontes documentais existentes, o que me permitiu avaliar da sua extensão no tempo, lacunas e estado de conservação.

Este Inventário está pronto, aguardando a todo o momento a sua publicação.

Constituem este inventário 179 livros e documentos, que foram organizados em 12 secções.

- . Livros de Assentos de Entrada de Presos;
- . Livros Mistos de Alvarás de Soltura e Autos de Exame de Cadáveres;
- . Livros Mistos de Entrada e Saída de Presos;

- . Livros de Autos de Exame de Cadáveres;
- . Livros de Índice de Presos;
- . Livros de Degredados;
- . Livros das Penas Maiores;
- . Livros de Registo das Comunicações de Soltura;
- . Livros de Registo de Correspondência;
- . Livros de Registo de Juizes de Direito;
- . Livros de Registo dos Recibos de Entrega de Presos;
- . Livros Vários.

Para o conhecimento da realidade prisional os mais numerosos e importantes são os *Livros de Assentos de Entrada de Presos*, assim como os *Livros Mistos de Alvarás de Soltura e Autos de Exame de Cadáveres* e os *Livros Mistos de Entrada e Saída de Presos*.

Trata-se de livros de registo, criados com fins funcionais, que captavam os principais momentos da vida dos presos, a sua entrada, saída, cumprimento de penas de degredo, penas maiores, pena capital, reincidência e morte, e que sofriam acrescentos à margem sempre que necessário.

Os *Livros de Assentos de Entrada de Presos*, que de todos os tipos eu privilegio, já que pelo seu tratamento podemos obter um rendilhado de informações acerca da população prisional, serviam para o registo de entrada dos presos e normalmente registavam, em assentos individuais, os seguintes elementos: data de entrada do preso, nome, alcunha, sexo, descrição física, roupa que envergava, idade, filiação, estado civil, naturalidade, residência, crime cometido, pena a cumprir. Na margem do lado direito do assento, o carcereiro, responsável pelo assento, fazia referência à sala da cadeia que o preso ia ocupar. Na margem do lado esquerdo o carcereiro indicava a data da saída do preso indicando o motivo – alvará de soltura, levantamento da acusação, remoção para outra cadeia, falecimento, enforcamento... Os livros mais recentes deste tipo fazem ainda referência à alfabetização dos reclusos, tornando-se, no entanto, menos minuciosos em relação a alguns dos elementos registados e ignorando por completo alguns dos elementos identificativos dos indivíduos.

O *Livro de Assentos de Entrada de Presos*, n.º 44, é o mais antigo do seu tipo tem o primeiro registo lavrado a 23 de Março de 1733.

Faltam os *Livros de Assentos de Entrada de Presos* compreendidos entre as seguintes datas:

6 de Fevereiro de 1734 e 24 de Abril de 1735;

23 de Maio de 1737 e 12 de Outubro 1742;

29 de Abril de 1745 e 21 de Julho de 1751;

12 de Outubro 1763 e 28 de Novembro de 1766;

11 de Julho de 1771 e 26 de Novembro de 1773;

26 de Agosto de 1776 e 22 de Setembro de 1803;

10 de Julho de 1805 e 10 de Abril de 1852;

5 de Setembro de 1935 e 2 de Janeiro de 1937.

A série de livros termina em 30 de Dezembro de 1944.

A série não está completa, alguns dos livros estão em mau estado.

Os *Livros de Assentos de Entrada de Presos* pela abundância de informações contida, poderão revelar-se importantes fontes para o estudo da criminalidade desde os inícios do século XVIII.

A principal limitação desta fonte prende-se com a descontinuidade no tempo.

Os *Livros Mistos de Alvarás de Soltura e Autos de Exame de Cadáveres* serviam para o registo de saída dos presos – saída por Alvará de Soltura, remoção para uma cadeia de outra Comarca, saída para cumprimento de degredo, falecimento na cadeia ou morte por enforcamento. Estes livros referem, em assentos individuais os seguintes elementos: data de saída, nome, alcunha, filiação, estado civil, naturalidade, residência, motivo de saída. Normalmente, do lado direito do assento, à margem, fazem referência à entidade que autorizou a saída, do lado esquerdo referem a sala de onde saiu e colocam a assinatura do responsável pela saída do preso.

Os *autos de exame de cadáver* referem-se unicamente aos presos mortos na cadeia e fornecem os seguintes elementos: nome do preso, data de falecimento, filiação, estado civil, motivo da morte, médico responsável pela autópsia e testemunhas presentes.

O livro mais antigo de toda a colecção é o *Livro Misto de Alvarás de Soltura e Autos de Exame de Cadáveres*, n.º 33, que trata o período entre 9 de Agosto de 1709 e 1 de Julho de 1711.

Faltam os livros compreendidos entre as seguintes datas:

1 de Julho 1711 e 17 de Março de 1736;

19 de Março de 1737 e 6 de Dezembro de 1754;

12 de Fevereiro de 1756 e 8 de Maio de 1758;

8 de Setembro de 1759 e 12 de Março de 1761;

23 de Maio de 1766 a 12 de Novembro de 1768;

11 de Novembro de 1782 e 7 de Junho de 1784;

7 de Abril de 1808 e 22 de Outubro de 1809.

A série de livros termina em 23 de Julho de 1855.

Apesar dos livros deste tipo serem em número considerável, a série de livros não está, de forma alguma, completa.

Os *Livros de Degredados* são também uma importante fonte de informação, sobre os locais de destino dos degredados e o tempo de permanência no degredo. Existem apenas 3 livros deste tipo ainda que qualquer um deles abarque um grande período temporal. Estes livros estão em bom estado.

Estes presos eram registados em levas, aguardando na Cadeia da Relação a sua transferência para Lisboa, de onde depois saíam para os seus destinos no Degredo.

Estes livros abarcam uma amplitude de tempo bastante grande.

Livro de Degredados, n.º 60, de 8/5/1835 a 22/2/1848⁵;

Livro de Degredados, n.º 3, de 5/5/1843 a 3/3/1886;

Livro de Degredados, n.º 167, de 12/12/1913 a 2/6/1925⁶.

⁵ No primeiro destes livros, o *Livro de Degredados*, n.º 60, o registo dos presos destinados ao Degredo foi feito em assentos individuais, ainda que agrupado em levas, até à folha 150, depois desta folha os assentos aligeiram-se ocupando uma linha por cada indivíduo. Nos outros livros, n.º 3 e n.º 167, os assentos individuais dos degredados ocupam uma linha.

⁶ No caso deste último livro, o *Livro de Degredados*, n.º 167, o livro regista a relação dos presos enviados para Lisboa para irem para o degredo e para irem para outras cadeias, nomeadamente a Penitenciária de Lisboa.

Na secção *Livros de Registo de Correspondência*, foram incluídos todos os livros que tratam da correspondência da Cadeia com a Procuradoria e com outras autoridades, assim como da correspondência recebida pelos vários serviços da Cadeia da Relação do Porto e pelos reclusos.

Na secção *Livros Vários*, foram incluídos livros que oferecem perspectivas diferentes da vida na cadeia.

Alguns dos livros incluídos na secção *Livros Vários*:

Registo das Esmolas Distribuídas aos Presos Indigentes, n.º 170;

Distribuição de Roupa aos Presos, n.º 133;

Livro da Assistência Médica, n.º 102;

Movimento de Presos para a Distribuição do Rancho, n.º 168;

Livro de Registo de Louvores, n.º 107;

Livro de Requisição de Livros da Biblioteca da Cadeia, n.º 111;

Livro das Apelações, n.º 143.

Conclusão

Como penso que demonstrei nesta comunicação, as fontes da Cadeia da Relação encerram em si uma história que dentro em pouco tempo não será possível contar.

Não dispomos de séries completas para nenhum tipo dos livros já que muitos desapareceram ou foram destruídos, por falta de espaço, deficientes condições de arquivo e ausência de perspectivas por parte das entidades zeladoras.

A deficiente conservação a que foram sujeitos ao longo do tempo, na Cadeia da Relação do Porto, e mesmo quando aguardavam a sua passagem para o Estabelecimento Prisional do Porto, provocou em alguns deles danos irreparáveis: roedores, insectos, fungos e humidade destruíram testemunhos que até aí o tempo guardara.

Actualmente, encontram-se guardados juntamente com os processos actuais do Estabelecimento Prisional de Custóias, ainda que haja a intenção de os dotar de uma sala própria, onde possam ser mais zelosamente confinados e condignamente preservados.

Por tudo o que descrevi ao longo desta segunda parte da minha comunicação penso ter demonstrado que estas fontes da Cadeia de Relação do Porto têm suficiente valor para que não sejam esquecidas ou votadas ao abandono no meio de um arquivo processual.

O estado de conservação destas fontes inspira grandes cuidados e não nos permite muitas delongas.

É urgente conservar o acervo documental da Cadeia da Relação do Porto, divulgá-lo, torná-lo acessível aos investigadores e assegurar a divulgação dos trabalhos de investigação já em curso.